



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007634-54.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Tratamento Médico-Hospitalar**
 Requerente: **Claudete Aparecida dos Santos Ribeiro**
 Requerido: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **GABRIELA MULLER CARIOBA ATTANASIO**

Vistos.

Trata-se de ação promovida por **CLAUDETE APARECIDA DOS SANTOS RIBEIRO** contra a **FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS** e a **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, objetivando a condenação das requeridas à obrigação de fazer, consistente na disponibilização de transporte e deslocamento para a sua imediata internação, cirurgia e tratamento médico em Hospital de referência cadastrado junto ao SUS. Relatou que é portadora de miocardiopatia grave, CID I 47.2, tem 64 anos e, desde o dia 06/07/2018, há 36 dias, estava internada na Santa Casa de Misericórdia de São Carlos - SP, onde deu entrada às 15h na UTI Coronariana, com um quadro de parada cardíaca em taquicardia ventricular, com 10 minutos de duração e necessidade de 3 desfibrilações para reversão, sendo que referida parada se deu por 5 vezes com hemorragia. Aduz que foi submetida inicialmente a cateterismo sem lesão coronária e ecocardiograma, tendo sido evidenciada a sua patologia de miocardiopatia grave, conforme laudo emitido pelo médico cardiologista, Dr. Almir Rodrigo Gonçalves, que dela vem cuidando diariamente e, desde então, segue aguardando a cirurgia para implante de cardiodesfibrilador (CDI), sem qualquer providência pelo Município, que alega não realizar nesta Comarca procedimento cirúrgico deste tipo, correndo o risco de nova septicemia.

Com a inicial vieram os documentos de fls. 33/55.

Foi deferida a tutela provisória de urgência (fls. 56/58).

Diante da gravidade do estado de saúde da autora, foi concedido até as 12 horas do dia 17/08/2018 para que os requeridos cumprissem a decisão que antecipou os



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

efeitos da tutela (fl. 91), sob pena de sequestro de verbas públicas (fl. 129). Desta decisão, a Fazenda do Estado interpôs agravo de instrumento (fl. 134), que está pendente de julgamento.

Contestação da Fazenda do Estado às fls. 176/186. Alega falta de interesse processual, já que o SUS, por meio da Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde (CROSS), disponibiliza o tratamento pleiteado pela autora. No mérito, sustentou que o direito à saúde refere-se à efetivação de políticas públicas que alcancem a população como um todo, assegurando-lhe acesso universal e igualitário e não a situações individualizadas. Pugnou pela realização de prova pericial e estudo socioeconômico. Por fim, requereu a extinção do processo sem análise do mérito, ou a improcedência do pedido.

Procedeu-se ao sequestro de R\$96.448,00.

Em 23/08/2018, foi expedido mandado de levantamento dos valores bloqueados (fls. 174/175), tendo a autora informado que realizou, com sucesso, o procedimento cirúrgico, em 24/08/2018 (fls. 191/193).

A autora prestou contas dos gastos efetuados, encaminhando aos autos os comprovantes de fls. 194/208.

O Município de São Carlos apresentou contestação às fls. 209/226. Arguiu, preliminarmente, ilegitimidade de parte e falta de interesse de agir. No mérito, sustenta que a saúde não está prevista como um direito individual da pessoa, mas sim um direito social, de efetivação programática e requereu a extinção do processo sem resolução do mérito, ou, alternativamente, a improcedência do pedido. Subsidiariamente, em caso de procedência da ação, seja assinalada a responsabilidade específica de cada réu. Alternativamente, que sejam os pedidos da autora julgados somente parcialmente procedentes, fixando-se que deva, juntamente com seus familiares, arcar com parte do tratamento, na proporção de suas condições financeiras.

Réplica às fls. 257/283.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Afasto, inicialmente, a preliminar de ilegitimidade de parte alegada pelo Município de São Carlos, pois a responsabilidade pela prestação de serviços à saúde à



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

população é solidária, pertencendo às três esferas de governo.

Do mesmo modo, não merece prosperar a alegação de falta de interesse de agir da autora, pois Constituição Federal, em seu artigo 5º, XXXV da CF, consagra o princípio da inafastabilidade do Judiciário em caso de lesão ou ameaça de lesão aos direitos dos cidadãos.

Quanto ao estudo socioeconômico, este Juízo já analisou a hipossuficiência da parte autora na concessão da gratuidade da justiça, não havendo motivo para revisão do tema.

No mais, diante das provas existentes nos autos, desnecessária a realização de perícia, mesmo porque a jurisprudência predominante no Tribunal de Justiça é no sentido de aceitar prescrição médica, na medida em que é o profissional que responde pela escolha feita.

Confira-se:

"APELAÇÃO AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. Fornecimento de medicamentos/tratamentos. Direito à saúde Art. 196 da Constituição Federal. Responsabilidade solidária de todos os entes federativos. Prescrição médica suficiente para comprovar a necessidade e eficácia dos medicamentos em questão. Sentença mantida. Reexame necessário e recursos voluntários impróvidos" (Apelação / Reexame Necessário nº 1010719-25.2014.8.26.0037, 3ª Câmara de Direito Público do Tribunal de São Paulo, datada de 19 de maio de 2015 – Relator: MAURÍCIO FIORITO).

Outro não é o entendimento do C. STJ:

"O receituário médico, firmado seja por médico particular, seja por médico do serviço público, é documento hábil a comprovar a necessidade do medicamento. Adotar o entendimento do Poder Público, que pretende discutir a prescrição feita, seria adentrar ao campo próprio do médico responsável pelo tratamento do paciente. A não ser quando evidente o erro contido no relatório/receita, ou seja, quando teratológica a prescrição, descabe ao administrador, bem como ao Judiciário, questionar se esse ou aquele medicamento seria o mais adequado" (v. decisão monocrática proferida pelo Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES no Agravo de Instrumento nº 1.114.613/MG, DJ de 08.05.2009).


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

No mérito, o pedido merece acolhimento.

Cabe aos Entes Públicos, União, Estados, Distrito Federal e Municípios ter em seus orçamentos verbas destinadas ao gasto com medicamentos e acessórios necessários à saúde da população, cujos preços extrapolam as possibilidades econômicas dos desprovidos de rendimentos suficientes, como é o caso da autora, pelo que se observa dos documentos trazidos com a inicial.

O direito à saúde, além de ser um direito fundamental que assiste a todas as pessoas, representa consequência constitucional indissociável do direito à vida e a dignidade da pessoa humana. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir em grave comportamento inconstitucional.

Com efeito, incide sobre o Poder Público a obrigação de tornar efetivas as prestações de saúde, incumbindo-lhe promover medidas preventivas e de recuperação que, fundadas em políticas idôneas, tenham por finalidade viabilizar a norma constitucional.

Não basta, portanto, que o Estado meramente proclame o reconhecimento formal de um direito, mas que seja ele integralmente respeitado e plenamente garantido, especialmente naqueles casos em que o direito – como o direito à saúde – se qualifica como prerrogativa jurídica de que decorre o poder do cidadão de exigir do Estado, a implementação de prestações positivas impostas pelo próprio ordenamento constitucional.

Além disso, a autora demonstrou, como já visto, que não possui condições financeiras para arcar com os custos do tratamento e, ainda que assim não se entendesse, tem-se que ela é idosa (fl. 32) e o Estatuto do Idoso, que lhe garante atenção integral à saúde, não impôs nenhuma condicionante ao reconhecimento de seu direito, além da idade. Ademais, a necessidade da realização do procedimento cirúrgico, foi atestada por médico pertencente à rede pública de saúde (fls. 35/38).

Ante o exposto, julgo o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 487, I, do Código de Processo Civil e **PROCEDENTE** o pedido, confirmando-se a tutela antecipada, no sentido da realização do procedimento cirúrgico



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

pretendido.

Comunique-se ao Egrégio Tribunal de Justiça o teor desta Sentença (Agravado de Instrumento nº 2172196-15.2018.8.26.0000 – fl. 155).

Em razão da sucumbência, considerando o disposto no § 2º do artigo 85 do Novo Código de Processo Civil, bem como o fato de não se tratar de causa de grande complexidade, pois envolve fornecimento de itens relacionados a saúde, cuja tramitação processual é célere, condeno os requeridos a arcar com os honorários advocatícios (metade para cada um), fixados, por equidade, em R\$ 800,00 (setecentos e setenta reais), sendo isentos se custas na forma da lei.

P. I.

São Carlos, 03 de dezembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**